

FRINEIA DO REGO BARROS BRIVIO

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO, *STATUS* CONJUGAL E ASCENSÃO
SOCIOECONÔMICA FEMININA: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA**

Salvador
2005

FRINEIA DO REGO BARROS BRIVIO

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO, *STATUS* CONJUGAL E ASCENSÃO
SOCIOECONÔMICA FEMININA: UMA ANÁLISE ECONÔMETRICA**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira

Salvador
2005

Brivio, Frineia do Rego Barros
S237 Violência de Gênero, *Status* Conjugal e Ascensão Socioeconômica Feminina: Uma
Análise Econométrica./ Frineia do Rego Barros Brivio.- Salvador: F.R.B. Brivio,
2005.

51p il.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – UFBA

Professora Orientadora: Prof^a. Gilca Garcia Oliveira

1.Violência de Gênero. 2. *Status* Conjugal 3.Ascensão Socioeconômica Feminina

CDD 338.9

AGRADECIMENTOS

À todos os que colaboraram das mais diversas formas para a realização desse trabalho e, em especial, à (o)

Gilca Garcia de Oliveira, por representar o que se pode esperar de uma verdadeira educadora: conhecimento, receptividade, desapego a estereótipos, dedicação, respeito, tolerância, generosidade e humildade.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia (PIBIC), por conceder por duas vezes financiamento para meu projeto de pesquisa sobre violência de gênero, que resultou no presente trabalho monográfico, através da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Telma, Cândida, Gecilda, Dra. Izabel e Dr. Joselito, por me receberem de braços abertos, sempre, na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher da Região Metropolitana de Salvador.

RESUMO

Esta monografia buscou verificar a relação entre a violência de gênero, o *status* conjugal e a ascensão socioeconômica feminina. Para tal, sintetizou a Teoria Feminista, Teoria do Controle/Troca Social, Teoria do Poder/Riqueza e Dicotomia da Relação/Seleção num conjunto de hipóteses testadas por um modelo de análise econométrica. Este modelo foi gerado a partir dos dados coletados nos registros policiais da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) da Região Metropolitana de Salvador (RMS), referentes a um período de 6 meses (de abril a setembro de 2002). Os resultados permitiram inferir que uma certa modalidade de violência de gênero, a ameaça, está associada a dadas categorias de variáveis socioeconômicas das suas vítimas e perpetradores. Especificamente, as mulheres que possuem companheiros ou ex-companheiros e cujos níveis de escolaridade sejam iguais ou superiores aos níveis masculinos, entre outras coisas, têm 69,67% a mais de chance que outras mulheres de sofrer uma ameaça.

Palavras-chaves: Violência de gênero, *Status* conjugal, Ascensão Socioeconômica Feminina.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	8
2.1	TEORIAS EXPLICATIVAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	8
2.2	PROBLEMAS DE MENSURAÇÃO DOS CRIMES DE GÊNERO	11
2.3	DIFICULDADES DE DETECÇÃO DOS CRIMES DE GÊNERO	13
3	ANÁLISE PRELIMINAR DE DADOS	16
3.1	FALHAS NOS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS DA DEAM	16
3.1.1	Geração de estatísticas enviesadas	19
3.2	CARACTERIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS ENVOLVIDOS EM VIOLÊNCIA DE GÊNERO	20
4	ANÁLISE ECONOMETRICA	28
4.1	DEFINIÇÃO DO MODELO ECONOMETRICO	28
4.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MODELO ECONOMETRICO	37
5	CONCLUSÃO	42
	BIBLIOGRÁFICAS	46
	APÊNDICE	48

1 Introdução

A violência contra a mulher foi definida na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, ocorrida no Pará, na Assembléia Geral dos Estados Americanos (OEA) como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (*apud* TELES, 2002, p. 23).

Esta modalidade de violência, acredita-se, se origina na prática discriminatória historicamente construída contra as mulheres, passível de observação desde a Roma Antiga, no instituto jurídico *pater familias*, que afirmava o poder dos homens sobre a vida das mulheres e demais membros de sua família, até o Brasil contemporâneo – sabe-se que antigo Código Civil do país conferia ao homem o *status* de chefe da sociedade conjugal.

Contudo, atualmente, avança-se no reconhecimento dos direitos do sexo feminino. O Brasil é signatário de variados acordos internacionais de defesa da igualdade entre os sexos (Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, 1979; Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher Beijing, 1995), dentre os quais se destaca a mais recente Cúpula do Milênio: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, realizado em 2000, que tem como uma de suas principais metas a valorização da mulher.

O presente estudo pretende verificar uma possível relação entre a violência de gênero, o *status* conjugal e a ascensão socioeconômica feminina. Para tal, será realizada revisão da Teoria Feminista, Teoria do Controle/Troca Social, Teoria do Poder/Riqueza e Dicotomia da Relação/Seleção. Essas teorias darão suporte à análise econométrica cujo principal objetivo é calcular a probabilidade de ocorrência da modalidade de violência contra a mulher mais freqüente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a ameaça, dadas certas características socioeconômicas de

homens e mulheres envolvidos em violência de gênero nesta região. Serão utilizados, nesta análise, os dados presentes nas fichas de ocorrência policial da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (RMS) referentes aos meses de abril a setembro de 2002.

2 Fundamentos Teóricos

Algumas teorias têm tentado explicar o fenômeno da violência contra mulher. De acordo com Brownridge e Halli (2000, p.569) elas seriam: “Teoria Feminista”; “Teoria do Poder/Riqueza”; “Teoria das Atividades Rotineiras”; “Teoria da Subcultura da Violência”; “Teoria do Papel dos Sexos”; “Teoria do Isolamento Social”; “Modelo de dependência, vulnerabilidade e detenção” e, finalmente, “Dicotomia Relação/Seleção” (Tradução Nossa). Nesta seção, será feita uma breve revisão das teorias de caráter mais abrangentes dentre as teorias supracitadas, assim como serão listadas algumas das dificuldades encontradas para o combate à violência de gênero em virtude das deficiências dos sistemas de coleta de dados, do despreparo da comunidade médica na detecção desta modalidade de violência e das percepções equivocadas sobre as mulheres vitimadas.

2.1 Teorias explicativas da violência de gênero

A Teoria Feminista aponta o patriarcalismo como a principal causa da violência contra a mulher e afirma ser o casamento o elemento central da sociedade patriarcal. Para os autores, porém, quando esta teoria reduz, de algum modo, o patriarcalismo à instituição do matrimônio, torna-se falha. Isto se pode verificar nas evidências empíricas dos padrões de violência entre casais casados e em uniões estáveis - sabe-se que a violência é muito maior entre esses últimos. Na prática, o patriarcalismo é muito mais penetrante nas uniões estáveis que nos matrimônios, justamente porque nas uniões estáveis falta a noção de propriedade e patrimônio que a certidão de casamento provém aos homens casados. Por essa razão, afirmam Brownridge e Halli (2000, p.569), deve-se tomar o patriarcalismo como uma ideologia que permeia indistintamente homens e mulheres, casados ou em uniões estáveis, para compreender sua influência sobre a violência contra a mulher.

A Teoria do Poder/Riqueza baseia-se na idéia de que o mais poderoso irá dominar o menos poderoso. Dessa forma, aquela parte do casal que contribuir com maior

riqueza para a família tenderá a dominar as demais partes. Como se sabe, o poder financeiro, historicamente, esteve nas mãos dos homens, conferindo-os um certo “poder de mando”. Todavia, em época mais recente, as mulheres têm conquistado a independência financeira e, nas uniões estáveis, encontram-se, freqüentemente, mulheres com maior poder financeiro que seus parceiros. Acredita-se que, para aplacar a chamada “Inconsistência de Gênero” (Tradução Nossa), esses homens em uniões estáveis têm recorrido à violência, em última instância, com a finalidade de manter suas parceiras sob seus comandos (BROWNRIDGE; HALLI, 2000, p.571).

A Teoria do Controle Social/Troca de Gelles (1983 *apud* BROWNRIDGE; HALLI, 2000, p.573) afirma que a violência contra a mulher terá lugar quando sua recompensa exceder seus custos e isto ocorreria na ausência de efetivo controle social sobre a parceira. Considerando que os investimentos materiais e emocionais realizados pelos casais casados seriam maiores que aqueles realizados em uniões estáveis, estes últimos teriam menos a perder e mais a ganhar, caso decidissem praticar atos violentos contra suas parceiras.

Por fim, a Dicotomia Relação/Seleção busca entender os diferentes padrões de violência contra mulher em matrimônio ou uniões estáveis a partir dos “fatores relação e seleção” (Tradução Nossa). Segundo Brownridge e Halli (2000, p.576) esta teoria foi formulada - e está sendo testada - a partir das observações de que a violência contra a mulher é mais comum e severa nas uniões estáveis que nos matrimônios e de que há uma tendência ao aumento mais do que proporcional das uniões estáveis em relação ao matrimônio, enquanto status conjugal¹. Espera-se que a Dicotomia Relação/seleção possa levar à identificação das diferenças existentes entre esses dois tipos de união que conduzem aos diferentes padrões de violência, de modo que se detecte as causas da prática de violência contra a mulher.

¹ O novo Código Civil brasileiro garante a gratuidade do casamento para pessoas comprovadamente pobres. Contudo, quando teve início a implementação do novo Código, muitos solicitantes da gratuidade referida não conseguiram obtê-la nos cartórios.

Brownridge e Halli (2000, p.565) salientam que, até recentemente, as análises de violência contra a mulher centravam-se na violência em situação matrimonial, havendo a suposição de que aqueles em uniões estáveis eram suficientemente similares aos casados para serem enquadrados na primeira categoria. Havia, inclusive, a suposição de que os padrões de violência em uniões estáveis fossem mais baixos, devido à ausência da noção de subordinação e dependência femininas associadas à certidão de casamento (FREEMAN; LYON, 1983 *apud* BROWNRIDGE; HALLI, 2000, p.565). Na verdade, conforme já citado, o nível de violência contra a mulher em uniões estáveis costuma ser maior do que o nível de violência em matrimônio, podendo o primeiro ser quatro vezes maior que o segundo (BROWNRIDGE; HALLI, 2000, p.567).

Na Dicotomia Relação/Seleção o fator relação cumpre papel significativo na explicação das causas da violência contra a mulher quando a natureza da relação – estar em matrimônio ou em união estável – desempenha papel fundamental na diferenciação dos níveis de violência contra a mulher. O fator seleção é considerado como principal fator a explicar a violência contra a mulher quando as diferenças observadas nos indivíduos que adotam uma ou outra forma de união podem ser relacionadas aos diferentes níveis de violência em matrimônio ou união estável.

Entretanto, seria importante indagar se esses fatores não operariam um sobre o outro, de modo que só determinado tipo de pessoa, por exemplo, “jovem, pouco convencional, mais imatura e mais tomadora de risco” (Tradução Nossa) (BROWNRIDGE; HALLI, 2000, p.576) escolheria um determinado tipo de união, neste caso, a união estável. Por outro lado, seria interessante observar se a experiência de “morar junto”, sem oficializar a união, atuaria na geração das diferenças observadas entre os indivíduos em matrimônio e uniões estáveis.

De fato, os métodos de investigação criados por Stets (1991 *apud* BROWNRIDGE; HALLI, 2000, p.577) e Nock (1995 *apud* BROWNRIDGE; HALLI, 2000, p.577) para analisar as influências desses dois fatores nos níveis de violência contra a mulher

apontam como resultado justamente uma atuação conjunta dos dois fatores na diferenciação dos níveis de violência contra mulher nas duas situações conjugais. Em Brownridge e Halli (2000, p. 577) lê-se:

Apenas a combinação de fatores demográficos e sociais concorrem para a diferença nos níveis de violência entre casais em diferentes situações conjugais. Isto indica que uma combinação dos fatores seleção e relação está operando na geração de diferença dos níveis de violência entre as diferentes situações conjugais (Tradução Nossa).

2.2 Problemas de mensuração dos crimes de gênero

No que concerne ao combate à violência contra a mulher, pode-se dizer que tanto a deficiência dos sistemas de coleta de dados quanto o despreparo da comunidade médica que atende às vítimas deste tipo de violência e os mitos e estereótipos associados a essas vítimas têm representado sérios obstáculos.

Shrader (2001, p.2) analisou as falhas do sistema de monitoramento da violência de gênero em diversos países. Segundo a autora, o Nível de Homicídios, as Estatísticas Criminais e as Pesquisas de Vitimação são, todos, imprecisos enquanto medida dos níveis de violência contra a mulher e, portanto, não dão conta das reais dimensões e características do problema.

Sobre o Nível de Homicídios, Shrader (2001, p. 6) afirma que “muitos criminologistas presumem que haja uma correlação positiva entre taxas de homicídio e taxas de outros crimes violentos” (Tradução Nossa), contudo, essa correlação positiva não é uma regra e, em países como Austrália, Canadá e Japão verificam-se baixos padrões de homicídio e padrões relativamente altos de violência, em especial contra a mulher. O contrário também ocorre. Na Colômbia, altos padrões de homicídio são acompanhados de baixos padrões de violência contra a mulher.

A autora atribui essas diferenças não a tendências criminais distintas entre esses países, mas a deficiências das técnicas disponíveis de coleta de dados e ao relativismo cultural, citando o caso do Japão, em que “bater na esposa é normativo e aceito, enquanto homicídios, especialmente com armas de fogo, não o é” (SHRADER, 2001, p. 6) (Tradução Nossa) e da Colômbia, em que o sistema de coleta de dados da violência de gênero é um exemplo de sistema a ser aprimorado, associado a níveis muito altos de homicídio. Além disso, sabe-se que o nível de homicídio, como indicador do nível de violência, pode ser facilmente manipulado quando a causa dos homicídios é incerta. Em muitos casos, “mortes provocadas entre a população de mulheres grávidas ou mulheres com até 42 dias de resguardo são usualmente agregadas com as situações de ‘morte materna’” (SHRADER, 2001, p. 7) (Tradução Nossa).

As Estatísticas Criminais apresentam, por sua vez, limitações que conduzem à subestimação dos níveis de violência. As falhas no sistema de monitoração das informações, os altos índices de impunidade e o estigma social associado às mulheres vítimas de violência doméstica seriam alguns exemplos das dificuldades que conduzem à inconsistência das Estatísticas. A essas limitações somar-se-iam aquelas de treinamento policial inadequado e esforço deliberado das autoridades públicas de apresentar índices declinantes de violência (SHRADER, 2001, p. 8).

As Pesquisas de Vitimação, terceiro e último indicador de violência citado por Shrader (2001, p. 9), que ajuda a entender em que circunstâncias as pessoas vivem experiências violentas, também precisariam ser revistas. Demonstrou-se empiricamente que quando a *National Crime Victim Survey* (NCVS) dos EUA, em 1992, introduziu mudanças nos seus questionários – desde o aumento do número de perguntas até o uso de vocabulário mais apropriado – os índices de violência aumentaram significativamente. Para crimes de estupro verificou-se aumento de 157%, além de 75% para agressões não-severas e 23% para agressões severas (KINDERMAN, 1997 *apud* SHRADER, 2001, p. 9).

2.3 Dificuldades de detecção dos crimes de gênero

O combate à violência de gênero também encontra dificuldade numa outra instância, que não é a dos registros públicos, mas que contribui para o subregistro dos crimes. Em estudo realizado no Reino Unido, verificou-se que a despeito da atitude simpática e de apoio demonstrada pela maioria dos profissionais de saúde de Oxforshire (CANN, 2001, p. 93) (Tradução Nossa), há despreparo para o atendimento de vítimas de violência doméstica. Tal fato é bastante preocupante, pois se sabe que grande maioria das mulheres vitimadas procura atendimento médico e que, portanto, a detecção e a orientação adequada por parte dos profissionais de saúde poderiam contribuir enormemente para o combate à violência de gênero (CANN, 2001, p. 93). O despreparo da comunidade médica estaria vinculado, conforme demonstra o estudo, ao pouco conhecimento acerca do assunto violência contra a mulher.

Complementarmente, Harrison e Esqueda (1999, p. 129) afirmam que os mitos e estereótipos associados às mulheres vítimas de violência de gênero são parcialmente responsáveis pelos atendimentos policial e médico inadequados ao combate desse tipo de violência e à assistência de suas vítimas, respectivamente. Para os leigos, as mulheres vitimadas seriam desamparadas, vulneráveis, fracas, passivas, dependentes, inseguras, deprimidas, majoritariamente brancas, teriam vergonha de sua condição e não saberiam se defender (HARRISON; ESQUEDA, 1997, p. 130), além de masoquistas, malucas (WALKER, 1979 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 130) ou pelo menos emocionalmente perturbadas (EDWING; AUBREY, 1987 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 130). Ainda seriam responsáveis por escolherem, deliberadamente, parceiros agressivos e permanecerem em relacionamentos violentos (FERRARO, 1989 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 130), assim como seriam responsáveis por haverem provocado a própria agressão (EWING; AUBREY, 1987; HART, 1993; WALKER, 1979 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 130). Também seriam consideradas menos atraentes e dignas de estima que as outras mulheres, nunca agredidas (YARMEY; KRUSCHENSKE, 1995 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 130).

A crença no mito de que as mulheres seriam parcialmente responsáveis pela sua própria vitimação, em razão de suas visões patriarcais das mulheres e do casamento, leva os oficiais de polícia a acreditar que as agressões sofridas pelas mulheres seriam, de algum modo, justificáveis, e que elas gostariam de ser agredidas (SAUNDERS, 1995 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 131). Muitas vezes, esses oficiais de polícia evitam prender maridos agressores, mesmo havendo solicitações dessa natureza por parte das vítimas (BROWN, 1984; FERRARO, 1989 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 131). Isto ocorre porque, para eles, apesar das agressões constituírem-se em fatos lamentáveis, seriam aceitáveis como parte da relação de casal e, portanto, não deveriam ser resolvidas em outra esfera que não a doméstica (BROWNE, 1987; SUMMER; FELDMAN, 1984 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 131). Depreende-se daí que é esperado das mulheres casadas (ou em uniões estáveis) um certo grau de tolerância à violência perpetrada por seus maridos (ou companheiros) (HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 131).

Entre os mitos e estereótipos mais relevantes para a atribuição de culpa em casos de violência contra a mulher estão aqueles que dizem respeito ao comportamento das vítimas antes e durante as agressões sofridas e às possíveis “resistências estratégicas” das mulheres à violência (HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 131). No primeiro caso, vítimas que tentam evitar agressões de modo contundente ou provocam verbalmente seus agressores são mal vistas, atribuindo-se a elas a culpa pela agressão (PIERCE; HARRIS, 1993 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 131). No outro caso, vítimas que utilizam estratégias de resistência são vistas como perpetuadoras da violência contra elas próprias (HAMBERGER; POTENTE, 1994; HART, 1993; KRISTIANSEN; GIULIETTI, 1990 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 131). Novamente, a disposição policial em prender agressores seria menor do que o que as vítimas poderiam esperar.

Finalmente, há também o estereótipo racial. Segundo Weitz e Gordon (1993 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 132) as mulheres negras são percebidas como barulhentas, cabeça-duras, tagarelas, agressivas e discutidoras. “Haveria, por exemplo, uma crença bastante difundida de que a violência seria um componente

normal e diário dos lares negros” (EDWARDS, 1989; FERRARO, 1989; PETERSON-LEWIS, TURNER; ADAMS, 1988 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 132) e “do mesmo modo, pesquisas indicam que muitos oficiais de polícia endossam os ‘mitos matriarcais’ que refletem a crença de que as mulheres negras são naturalmente agressivas e dominantes (HAMPTON, 1987 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 132) e estariam menos propensas a caracterizar incidentes envolvendo mulheres negras como violência doméstica (PETERSON-LEWIS, 1988 *apud* HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 132) (Tradução Nossa). Todavia, pesquisa realizada pelo *Bureau of Justice Statistics*, dos EUA, em 1995, comprovou que quando se controla o nível sócio-econômico das vítimas, os padrões de violência doméstica verificada entre mulheres negras e brancas são equivalentes (HARRISON; ESQUEDA, 1999, p. 132).

3 Análise Preliminar de Dados

Atualmente a violência contra a mulher se configura, no Brasil e no resto do mundo, como uma importante questão de saúde pública. Calcula-se que ela “representaria a sexta causa de anos de vida perdidos por morte ou incapacidade física entre mulheres de 15 a 44 anos – mais que todos os tipos de câncer, acidentes de trânsito e guerras” (DESLANDES, 2000, p. 132). Estudos realizados em países desenvolvidos, como Canadá, Estados Unidos, Inglaterra e Japão revelam altos índices de violência contra a mulher. No Reino Unido estima-se que cerca de um terço da população feminina vivencia, ou já vivenciou, situação de violência nos seus relacionamentos íntimos (CANN, 2001, p. 89). Nos EUA a situação é igualmente preocupante: 22,15% das mulheres são vítimas de violência doméstica ao longo de suas vidas e isto se repete no Japão, em maiores proporções, – 58,7% - e no Canadá – 29% (SHRADER, 2001, p. 6).

No Brasil, como nos demais países periféricos, verificam-se elevados níveis de violência contra a mulher. Acredita-se que ela esteja presente em “aproximadamente 15 milhões de lares brasileiros” (TELES, 2002, p. 13). Na cidade de Salvador foram registradas na DEAM (Delegacia Especial de Atendimento a Mulher), em média, considerando-se o intervalo de 2000 a 2003, dez mil queixas por ano (BAHIA, 2003). Estes registros dão conta de uma gama variada de atos criminosos cometidos contra as mulheres, como, por exemplo, lesões, agressões físicas, estupros, ameaças graves, agressões morais, difamação, tentativas de homicídio, injúria e outros.

3.1 Falhas nos procedimentos de coleta de dados da DEAM (RMS)

Para caracterizar os indivíduos envolvidos em episódios de violência de gênero e saber quais as suas circunstâncias de ocorrência na Região Metropolitana de Salvador, analisar-se-á informações de natureza socioeconômica e outras, coletadas nas fichas de ocorrência policial disponibilizadas pela DEAM, como idade, causa provável da agressão, comunicante da agressão, cor, estado civil (situação

conjugal), existência de relacionamento extraconjugal, local de ocorrência da agressão, local de moradia, modalidade de agressão, natureza da relação estabelecida entre os indivíduos, objetos utilizados na agressão, profissão (remuneração), quantidade de pessoas envolvidas na agressão, reincidência da agressão, religião, escolaridade e estrutura familiar, que se referem ao período de abril a setembro de 2002. É preciso ressaltar, contudo, que uma série de incorreções tornou complicada e extenuante a tarefa de coleta, revisão e análise dessas informações.

As fichas de ocorrência, preenchidas pelos oficiais de polícia da DEAM, apresentaram-se, muitas vezes, incompletas. Informações aparentemente fáceis de serem coletadas, tais como idade e cor das vítimas, nem sempre tiveram seus respectivos campos preenchidos. Em alguns casos houve o desaparecimento inexplicável de ocorrências no sistema de monitoramento de informações desta delegacia, em outros, as ocorrências só constavam num formato resumido, mas nesta situação, especificamente, apenas parte das informações a serem coletadas estava disponível.

Uma peculiaridade do sistema de informação da DEAM chamou especial atenção. Com o passar dos anos, esse sistema alterava a idade dos indivíduos envolvidos nos casos de violência contra a mulher. Como se sabe, o que interessa, de fato, para qualquer tentativa de estruturação de políticas de combate à violência contra a mulher, não é a idade presente das vítimas e agressores, mas a idade que tinham quando sofreram ou perpetraram violência.

Sem dúvida, a maior dificuldade enfrentada foi aquela referente à numeração das ocorrências. Não havia uma seqüência completa, ou seja, pulava-se da ocorrência 16 para a 19, ou da 305 para a 307, sem que se pudesse saber o porquê e onde as fichas ausentes poderiam ser encontradas. Oficiais de polícia da DEAM dizem que tal fenômeno se deve ao fato de que as delegadas nem sempre assinam as ocorrências no dia de seu registro e que apenas após a assinatura as fichas podem

ser lançadas no sistema de informação. Dessa forma, as fichas “ausentes” poderiam ser encontradas até em outros meses, que não o do registro da queixa.

Ainda pode-se notar que o cuidado no preenchimento das fichas das vítimas é muito maior do que aquele dispensado ao preenchimento das fichas dos agressores. Uma proporção muito maior das primeiras em relação às segundas apresenta-se completa, com todos os campos preenchidos. Não é possível saber se se trata de uma questão de prioridades subjetivas das policiais ou se as mulheres, as usuais fornecedoras dos dados referentes aos seus agressores, muitíssimas vezes, ignoram simples informações sobre estes, que normalmente são seus companheiros.

Parte dessas dificuldades, ao que parece, deve-se à insuficiência de recursos destinados tanto ao treinamento das policiais quanto ao aprimoramento do serviço de atendimento às mulheres vítimas de agressão. Em pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Treinamento de Pessoal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça) com as funcionárias das DEAMs de todo o Brasil, elas apontam as prioridades na reestruturação do serviço, conforme pode-se ver nas tabelas abaixo.

Tabela 1 - Ampliação da Capacidade de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e de Gênero

Grau de Prioridade	Alta	Média	Baixa	Total
Ampliar Número de DEAMs	51,3%	33,3%	15,4%	100,0%
Ampliar Número de Postos/Núcleos de Atendimento à Mulher	67,8%	21,9%	10,4%	100,0%
Reestruturar as DEAMs já Existentes	79,9%	14,4%	5,8%	100,0%
Reestruturar os Postos/Núcleos de Atendimento à Mulher	61,3%	28,0%	10,7%	100,0%
Aumentar Número de Profissionais nas DEAMs	83,6%	10,6%	5,8%	100,0%
Aumentar Número de Profissionais nos Postos/Núcleos de Atendimento à Mulher	62,7%	27,0%	10,3%	100,0%

Fonte: Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher/ Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública.

Tabela 2 - Melhoria na Qualidade de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e de Gênero

Grau de Prioridade	Alta	Média	Baixa	Total
Capacitação Continuada dos Profissionais das DEAMs	77,4%	12,7%	9,9%	100,0%
Capacitação Continuada dos Profissionais dos Postos/Núcleos de Atendimento à Mulher	66,7%	22,6%	10,7%	100,0%
Capacitação Continuada dos Profissionais das Delegacias Distritais	60,4%	26,3%	13,3%	100,0%
Modernização Gerencial e Administrativa das DEAMs	69,4%	22,1%	8,5%	100,0%
Modernização Gerencial e Administrativa dos Postos/Núcleos de Atendimento à Mulher	51,4%	36,7%	12,0%	100,0%
Modernização Gerencial e Administrativa das Delegacias Distritais	49,2%	35,0%	15,8%	100,0%
Modernização da Infra-Estrutura e Tecnologia das DEAMs	81,1%	12,5%	6,4%	100,0%
Modernização da Infra-Estrutura e Tecnologia dos Postos/Núcleos de Atendimento à Mulher	62,3%	29,2%	8,5%	100,0%
Modernização da Infra-Estrutura e Tecnologia das Delegacias Distritais	57,1%	29,3%	13,5%	100,0%

Fonte: Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher/ Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública.

3.1.1 Geração de estatísticas enviesadas

Preliminarmente, pode-se observar que no ano de 1986, quando a DEAM da Região Metropolitana de Salvador começou a atuar, foram registradas apenas 1.713 queixas e 122 atendimentos no serviço social dessa delegacia. No ano seguinte, com a difusão do serviço especial prestado pela delegacia no atendimento às mulheres vítimas de violência, chegou-se a 6.921 queixas e 458 casos de atendimento no serviço social. Nos últimos cinco anos o número de registros tem crescido progressivamente, oscilando entre 10.000 e 12.000 queixas por ano (BAHIA, 2003).

Mas um fato curioso foi constatado por esta pesquisa: o número de registros policiais vem caindo lentamente desde 2001 – das 9.635 queixas registradas naquele ano passou-se par 8.908 em 2002, chegando-se a 7.769 em 2003 (BAHIA, 2003). Todavia, no cenário atual de violência generalizada não há porque depreender deste fato que esteja havendo redução nos índices de violência contra a mulher - justamente o primeiro tipo de violência que se aprende a praticar. A resposta para esse paradoxo, ao que parece, reside na atuação ampliada do serviço social da DEAM, ou seja, nas novas atribuições que este órgão da Secretaria de Segurança Pública tem conferido a esse serviço de apoio.

A partir de 2001 institui-se um novo procedimento na DEAM. Ao chegar à delegacia as mulheres são encaminhadas para uma triagem onde é decidido que tipo de atendimento terão dentro desta delegacia especializada. Casos graves, como estupro, tentativa de homicídio e lesão corporal, são encaminhados diretamente às policiais de plantão, que tratam de registrar as queixas e orientar as vítimas. Casos considerados menos graves, como agressão moral, difamação e até ameaças de morte, são encaminhados ao serviço social – que desenvolve um trabalho específico - e podem não gerar registros policiais, mas apenas registros de atendimento no próprio serviço social. Isto acaba por enviesar as estatísticas geradas na DEAM, pois o número de registros policiais afasta-se do nível real de violência contra a mulher na RMS.

Para emendar esta estatística oficial que subestima a situação de violência de gênero na RMS recomenda-se proceder à soma do número de registros policiais ao número de registros do serviço social. Dessa forma, seria possível encontrar um número que se aproxime mais do nível real de violência contra a mulher.

3.2 Caracterização dos indivíduos envolvidos em violência de gênero

Nos quadros 1 e 2 encontrados ao final deste capítulo vêm-se estatísticas socioeconômicas sobre homens e mulheres envolvidos em violência de gênero, que compreendem 180 observações relativas a um período de seis meses, de abril a setembro de 2002 – os seis primeiros meses a contar da instalação do sistema informatizado de registro de queixas.

Convém destacar que os dados foram coletados respeitando-se os parâmetros de classificação socioeconômica presentes nas fichas de ocorrência. Assim, pode-se dizer que nesta análise preliminar as variáveis coletadas não sofreram qualquer agrupamento ou alteração. Por exemplo, para a variável cor, todas as categorias consideradas pelo sistema de informação da DEAM, a saber: branca, negra, parda e vermelha, foram reportadas no presente estudo. Com isso, buscou-se evitar a perda de informações para caracterização mais detalhada dos indivíduos.

Naturalmente, algumas variáveis reportadas não constavam de modo explícito nas fichas de ocorrência. A “natureza da relação estabelecida entre os indivíduos” é um exemplo de informação extraída indiretamente das fichas. Neste caso, procedeu-se à leitura da descrição do delito para se inferir qual a natureza da relação entre mulher/vítima e homem/perpetrador de violência, de acordo com uma categorização previamente estabelecida. Este é o caso de boa parte das informações relativas às circunstâncias de ocorrência da agressão, que compõem o quadro 2.

Algumas variáveis aparentemente difíceis de classificar mostraram-se úteis como *proxies* de variáveis importantes. A variável “profissão” serviu para classificar os indivíduos segundo sua “remuneração”. Aqueles cujo trabalho, por sua natureza, não exigisse maior qualificação, como os pedreiros, armadores de móveis, pintores, auxiliares de serviços gerais, motoristas, biscateiros e outros ou manicuras, domésticas, costureiras, donas de casa, camelôs, etc., foram classificados como trabalhadores de baixa remuneração. Os demais, em geral portadores de diploma de ensino superior, como advogados (as), economistas ou médicos (as), foram classificados como trabalhadores de média ou alta remuneração.

Já a variável “bairro” foi aproveitada a partir da fixação de uma relação dos bairros, classificados em “periféricos ou nobres”. No primeiro grupo estão Engenho Velho de Brotas, Calabar, Alto do Coqueirinho, Capelinha, Mata Escura, Mussurunga, Pau da Lima, Águas Claras, Liberdade, Subúrbio Ferroviário, Nordeste de Amaralina, Tancredo Neves, Sussuarana, São Cristóvão, Santa Cruz, Sete de Abril, Boca do Rio, Bairro da Paz, entre outros. Os bairros nobres são Barra, Graça, Itaigara, Pituba, Ondina e Vitória.

Deve-se ressaltar que alguns bairros como, por exemplo, Rio Vermelho, Itapuã, Brotas e Federação mereceram atenção especial, por combinarem áreas “nobres” e “periféricas” em seu interior. Seria difícil qualificar a moradia das vítimas e dos agressores caso não houvesse referências outras para se inferir em que tipo de local provavelmente moram. Utilizou-se esse artifício - o cruzamento de dados – para fazer este tipo de inferência. Em se tratando dos bairros citados acima, buscou-se cruzar a informação referente à moradia com a profissão dos homens e mulheres.

Desse modo, é razoável supor que um profissional relativamente mais qualificado pode morar no Rio Vermelho, por exemplo, como o pode fazer também um profissional menos qualificado, todavia, o local em que se situa sua residência guardará diferenças significativas se comparado ao local de residência do profissional de menor qualificação. Portanto, classificou-se o local de moradia de um dado indivíduo morador de um desses bairros (Rio Vermelho, Itapuã, Brotas e Federação) levando-se em conta sua profissão e, assim, moradores do mesmo bairro puderam ser discriminados como habitantes de áreas “nobres” ou habitantes de áreas “periféricas”.

No Quadro 1 pode-se verificar que uma baixa porcentagem das 180 fichas de ocorrência analisadas não continham informação sobre a idade das mulheres (1,67%). Entretanto, como se pode ver, na maior parte dos casos, as informações

sobre os homens eram, em número, inferior às mesmas informações sobre as mulheres. Em particular, a idade, em 27,22% das fichas masculinas, não foi informada (BAHIA, 2003).

As mulheres envolvidas em situação de violência de gênero são majoritariamente jovens - 76,11% delas se encontram faixas etárias de 20 a 29 anos (43,89%) e 30 a 39 anos (32,22%) -; não-brancas (93,34%); solteiras em união estável ou solteiras que já estiveram em união estável (70,00%); têm ocupação de baixa remuneração (98,33%) e vivem em zonas periféricas (98,33%) (BAHIA, 2003).

Os homens são, em geral, mais velhos que as mulheres (51,67% têm de 20 a 39 anos – 23,89% se encontram na faixa de 20 à 29 e 27,78% entre 30 e 39 anos) -; são não-brancos (91,67%); solteiros em união estável ou solteiros que já estiveram em união estável (61,11%); têm ocupação de baixa remuneração (94,44%) e vivem em zonas periféricas (96,11%) (BAHIA, 2003).

Como já era esperado, em consonância com dados demográficos mais abrangentes sobre educação, os homens possuem níveis de escolaridade mais baixos – 64,46% contra 87,78% das mulheres estudou entre 4 e 16 anos. A religião predominante entre mulheres e homens é a religião católica – para as mulheres, 67,22%, para os homens, 48,89%. Houve muitas omissões no fornecimento de informações referentes à estrutura familiar dos homens (45,56%). Todos os homens e mulheres que forneceram a informação correspondente à estrutura familiar declararam conhecer pelo menos um de seus pais (BAHIA, 2003).

VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS	Mulheres		Homens	
	n	%	n	%
Idade				
17-19	9	5,00%	1	0,56%
20-29	79	43,89%	43	23,89%
30-39	58	32,22%	50	27,78%
40-49	26	14,44%	22	12,22%
50-59	4	2,22%	10	5,56%
60 ou mais	1	0,56%	5	2,78%
Casos omissos	3	1,67%	49	27,22%
Total	180	100%	180	100%
Cor				
Branca	12	6,67%	15	8,33%
Negra	30	16,67%	64	35,56%
Parda	134	74,44%	101	56,11%
Vermelha	1	0,56%	0	0,00%
Casos omissos	3	1,67%	0	0,00%
Total	180	100%	180	100%
Estado civil / Situação conjugal				
Casado (a)	28	15,56%	40	22,22%
Solteiro (a)	18	10,00%	17	9,44%
Solteiro (a) em união estável	74	41,11%	69	38,33%
Separado (a)	3	1,67%	4	2,22%
Divorciado (a)	4	2,22%	5	2,78%
Solteiro (a) que já esteve em união estável	52	28,89%	41	22,78%
Casos omissos	1	0,56%	4	2,22%
Total	180	100%	180	100%
Estrutura familiar				
Ao menos um dos pais conhecidos	7	3,89%	2	1,11%
Ambos os pais conhecidos	161	89,44%	96	53,33%
Casos omissos	12	6,67%	82	45,56%
Total	180	100%	180	100%
Escolaridade				
Analfabeto (a)	4	2,22%	6	3,33%
Alfabetizado (a)	17	9,44%	28	15,56%
Ensino fundamental (8 anos)	85	47,22%	72	40,00%
Ensino médio (menos de 12 anos)	22	12,22%	10	5,56%
Ensino médio (12 anos)	46	25,56%	28	15,56%
Ensino superior (menos de 16 anos)	2	1,11%	1	0,56%
Ensino superior (16 anos)	3	1,67%	5	2,78%
Casos omissos	1	0,56%	30	16,67%
Total	180	100%	180	100%
Profissão (Proxy Remuneração)				
Remuneração média ou alta	2	1,11%	4	2,22%
Remuneração baixa	177	98,33%	170	94,44%
Casos omissos	1	0,56%	6	3,33%
Total	180	100%	180	100%

VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS	Mulheres		Homens	
	n	%	n	%
Local de moradia				
Zona nobre	3	1,67%	4	2,22%
Zona periférica	177	98,33%	173	96,11%
Casos omissos	0	0,00%	3	1,67%
Total	180	100%	180	100%
Religião				
Católica	121	67,22%	88	48,89%
Evangélica	19	10,56%	1	0,56%
Testemunha de Jeová	4	2,22%	1	0,56%
Protestante	8	4,44%	3	1,67%
Espírita	2	1,11%	0	0,00%
Ateu	2	1,11%	5	2,78%
Outra	9	5,00%	3	1,67%
Ignora	2	1,11%	24	13,33%
Adventista do 7º dia	1	0,56%	0	0,00%
Casos omissos	12	6,67%	55	30,56%
Total	180	100%	180	100%

Quadro 1: Perfil Socioeconômico dos Indivíduos Envolvidos em Violência de Gênero na RMS (BA) – 01.04.2002-31.09.2002.

Fonte: Bahia, 2003.

Nota Geral: Estatísticas geradas a partir de dados coletados nas fichas de ocorrência policial da DEAM por Frinéia do R. B. Brivio.

No Quadro 2 pode-se observar algumas das circunstâncias de ocorrência dos episódios de violência de gênero. Ali, vê-se que homens e mulheres que mantêm ou mantiveram relacionamentos de natureza conjugal, mas não oficializaram essa união (companheiros e ex-companheiros), representam nada menos que 71,11% dos homens e mulheres envolvidos em situações de violência; 51,67% das mulheres dizem já terem sido vítimas de violência em outros momentos de suas vidas; 60,56% foram vitimadas dentro de casa; 89,44% sofreu algum tipo de lesão, agressão física ou ameaça; 56,11% dos episódios de violência parecem ter sido provocados por separações ou desentendimentos domésticos; em 99,44% dos casos haviam apenas dois envolvidos e o comunicante da violência praticada à polícia foi, na maioria dos casos, a própria mulher (96,67%); em 12,78% dos eventos houve relatos de utilização de objetos na a agressão e 7,78% das mulheres agredidas fizeram alusão à relacionamentos extra-conjugais de seus parceiros (BAHIA, 2003).

CIRCUNSTÂNCIAS DE OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	n	%
Natureza da relação estabelecida entre homens e mulheres		
Desconhecido (s)	3	1,67%
Parentes próximos (pai; irmão)	4	2,22%
Companheiros	76	42,22%
Ex-companheiros	52	28,89%
Casados	26	14,44%
Separados/Divorciados	5	2,78%
Namorados	5	2,78%
Ex-namorados	7	3,89%
Parentes distantes (tio, avô, primo)	1	0,56%
Padrasto	1	0,56%
Casos omissos	0	0,00%
Total	180	100%
Reincidência da agressão		
Reincidente	93	51,67%
Não houve relatos de violência praticada/sofrida em momentos anteriores àqueles motivadores da queixa presente.	83	46,11%
Casos omissos	4	2,22%
Total	180	100%
Local de ocorrência da agressão		
Via pública	50	27,78%
Residência	109	60,56%
Por telefone (ameaça)	8	4,44%
Na casa de outrem	6	3,33%
Interior de veículo	2	1,11%
Através de outros (ameaça)	3	1,67%
Casos omissos	2	1,11%
Total	180	100%
Modalidade de violência sofrida/praticada		
Lesão	44	24,44%
Agressão física (sem lesão)	54	30,00%
Estupro	4	2,22%
Ameaça	63	35,00%
Agressão moral	12	6,67%
Difamação	1	0,56%
Constrangimento ilegal	1	0,56%
Casos omissos	1	0,56%
Total	180	100%

CIRCUNSTÂNCIAS DE OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	n	%
Causa provável da violência sofrida/praticada		
Separação	45	25,00%
Drogas	14	7,78%
Ciúmes	23	12,78%
Desentendimentos	56	31,11%
Outra	1	0,56%
Desconhecida	4	2,22%
Múltiplas razões	20	11,11%
Casos omissos	17	9,44%
Total	180	100%
Comunicante à DEAM da violência sofrida/praticada		
A reclamante/queixosa	174	96,67%
Outro(a)	6	3,33%
Casos omissos	0	0,00%
Total	180	100%
Quantidade de envolvidos no episódio de violência sofrida/praticada		
2 envolvidos	179	99,44%
3 envolvidos	1	0,56%
Casos omissos	0	0,00%
Total	180	100%
Objetos utilizados em episódios de violência sofrida/praticada		
Arma branca	15	8,33%
Arma de fogo	2	1,11%
Paus	3	1,67%
Ferros	1	0,56%
Objetos pontiagudos e cortantes	1	0,56%
Mobília	1	0,56%
Não houve relato de utilização de objetos	157	87,22%
Total	180	100%
Relato de existência de relacionamento extra-conjugal		
Houve relato	14	7,78%
Não houve relato	166	92,22%
Total	180	100%

Quadro 2: Circunstâncias de Ocorrência da Violência de Gênero na RMS (BA) – 01.04.2002-31.09.2002.

Fonte: Bahia, 2003.

Nota Geral: Estatísticas geradas a partir de dados coletados nas fichas de ocorrência policial da DEAM por Frinéia do R. B. Brivio.

4. Análise Econométrica

Nesta seção será feita uma análise de regressão econométrica sobre a violência de gênero. Para tal, revisar-se-á as categorias conceituais econométricas mais relevantes no contexto de uma análise essencialmente qualitativa, como é proposto. Em seguida, serão analisados os modelos econométricos definidos e seus resultados, sobretudo no que diz respeito à sua validade. Assim, em seguida, ter-se-á uma revisão de aspectos gerais relacionados à natureza das variáveis do tipo *Dummy*, assim como uma caracterização básica dos modelos de Probabilidade Linear, Probit, Tobit e Logit; a definição dos modelos de regressão para análise da violência de gênero e a análise dos resultados dos modelos econométricos definidos.

4.1 Definição do Modelo Econométrico

As variáveis explicativas que compõem uma análise de regressão podem ser de dois tipos: quantitativas e qualitativas. As variáveis quantitativas, usadas correntemente, são facilmente mensuráveis, desde que definida uma escala. Como exemplo, tem-se a “idade”, medida em anos, ou o “nível de renda”, medido em número de “salários mínimos”. As variáveis qualitativas, entretanto, não podem ser captadas em termos quantitativos (ao menos diretamente), embora também representem fenômenos que podem agir sobre as variáveis dependentes de modo determinante. É notório que a “cor da pele” influencia o “nível de rendimentos” ou que a “instabilidade política” pode afetar o “crescimento econômico”, por exemplo.

Essas variáveis qualitativas são também chamadas de variáveis dummies e sua inclusão nos modelos econométricos requer procedimentos/tratamentos específicos. Para quantificar os atributos introduzidos por uma variável dummy deve-se descrever esses atributos como “presentes” ou “ausentes” nas observações coletadas. Desse modo, para uma variável como “status conjugal”, por exemplo, pode-se criar uma variável artificial alternativa que assumo o valor 0 se um dado

indivíduo analisado for casado (a) ou 1 se o indivíduo for “não-casado (a)”. Naturalmente, as categorias de uma variável artificial hipotética “casado (a)” e “não-casado (a)” são definidas de acordo com a expectativa apriorística da investigação sobre uma provável influência do *status* conjugal sobre o fenômeno analisado.

As variáveis dummies têm uma série de aplicações práticas para a análise de regressão. Elas podem ser utilizadas para fazer “ajustes sazonais” (quer dizer, retirar os efeitos sazonais de uma série temporal, por exemplo), permitem estimar uma regressão por partes (aquela em que o coeficiente de inclinação muda a partir de um dado “nível-alvo” ou “nó” da variável observada), possibilitam se trabalhar com a interação entre variáveis (ou seja, pode-se calcular o efeito da interação entre a presença de dois atributos sobre a probabilidade de ocorrência do fenômeno analisado) entre outras. Um modelo de regressão cujas variáveis explicativas sejam todas dummies é chamado de Modelo de Análise de Variância (ANOVA). Modelos que apresentem variáveis explicativas dummies e quantitativas são ditos Modelos de Análise de Covariância (ANCOVA).

Há modelos cujas variáveis dependentes são dummies. Nesses modelos, y pode ser uma variável dummy que representa a ocorrência de um evento, ou a escolha entre duas alternativas. Entre os mais utilizados estão os modelos de Probabilidade Linear (MPL), Probit, Tobit e Logit. O MPL é assim denominado porque a expectativa condicional de Y_i dado X_i , pode ser interpretada como a *probabilidade condicional* de que o evento ocorrerá dado X_i , ou seja, $Pr(Y_i = 1/X_i)$ e P_i aumenta linearmente, conforme aumenta X_i . Os demais modelos - Probit, Tobit e Logit - se originam na Função de Distribuição Acumulada (FDA) normal e logística, cujas principais características são: (a) conforme X aumenta, $P_i = E(Y=1/X)$ também aumenta, mas nunca sai fora do intervalo 0-1; e (b) a relação entre P_i e X é não linear, ou seja, aproxima-se de zero mais lentamente conforme X_i fica menor e aproxima-se de 1 mais lentamente conforme X_i fica maior.

O MPL apresenta alguns problemas de estimativa, quais sejam: a não-normalidade e variância heterocedástica das perturbações u_i , um valor questionável de R^2 como medida do grau de ajuste da regressão e a não satisfação de $0 \leq E(Y_i/X_i) \leq 1$. Sabe-se que quando se utiliza o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para estimar uma regressão, supõe-se que as perturbações u_i estejam distribuídas normalmente. Neste modelo, entretanto, os u_i têm distribuição binomial, ou seja, variam assumindo apenas os valores 0 e 1 – assim como o Y_i . Deve-se notar, contudo, que quando o que interessa é fazer uma estimativa de ponto, a hipótese da normalidade não é importante e que conforme aumenta o tamanho da amostra os estimadores por MQO tendem a seguir uma distribuição de probabilidade normal. O problema de variância heterocedástica dos u_i , por sua vez, deve-se ao fato de que esta depende da expectativa condicional de Y , que depende do valor assumido por X .

Com relação ao uso do R^2 como medida do grau de ajuste da reta de regressão, pode-se afirmar que não é muito apropriado, dado que para qualquer X_i , Y será 0 ou 1 – isto quer dizer que a menos que os valores 0 ou 1 de Y estejam concentrados em pontos específicos do eixo X e da linha correspondente a 1, não será possível ligá-los/relacioná-los facilmente, gerando, conseqüentemente, um valor falsamente baixo de R^2 . O maior problema do MPL, excetuando-se o fato de que supõe que $P_i = E(Y=1/X)$ aumenta linearmente, porém, é não poder oferecer garantias de que o valor do Y estimado não poderá ser menor que 0 ou maior que 1, conforme o verdadeiro Y .

Os modelos Probit (ou Normit) e Tobit usam a função de distribuição normal acumulada. O primeiro se baseia na teoria da utilidade – segundo a qual a probabilidade de ocorrência de um evento estaria associada à sua utilidade -, enquanto o segundo busca calcular a probabilidade de ocorrência de um evento a partir de uma amostra censurada, ou seja, de informações sobre o regressando que só estão disponíveis para uma parte das observações conhecidas. As estimativas fornecidas pelo modelo Probit podem ser comparadas àquelas fornecidas pelo modelo Logit após algumas manipulações algébricas.

O modelo Logit, conforme dito anteriormente, usa uma função de distribuição logística, em que P_i varia de 0 a 1 e se relaciona não linearmente com o termo “ $-\beta_1 + \beta_2 D_i$ ”. Além de mais acessível em *softwares*, tem a vantagem de ter a distribuição acumulada cuja inclinação é a mais gradativa nas extremidades, o que permite captar mais acuradamente a influência dos estimadores sobre a probabilidade de ocorrência do fenômeno investigado.

Pode-se demonstrar, por meio de tratamento algébrico, que o Logit é o log natural de uma razão de probabilidades, linear tanto em D_i quanto nos parâmetros β_s . Assim, ter-se-ia:

$$L_i = \ln \left(\frac{P_i}{1-P_i} \right) = \beta_1 + \beta_2 D_i .$$

Para estimar os parâmetros dessa função é preciso conhecer D_i e L_i . Os D_i são dados, mas os L_i são estimados pela frequência relativa entre o número de vezes em que o fenômeno analisado é verificado e o número de casos analisados, fixando-se um D_i . Ainda seria preciso ponderar os L_i , de modo que os u_i deixem de ser heteroscedásticos e passem a ser homoscedásticos. Devido às suas propriedades favoráveis, usar-se-á este modelo, na forma representada abaixo, para a análise da violência de gênero, conforme as hipóteses sugeridas pelas teorias descritas a seguir.

$$P_i = E(Y = 1 \mid D_i = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_1 + \beta_2 D_i)}}$$

A Teoria Feminista e a Teoria do Controle/Troca Social dispensam especial atenção à questão do patriarcalismo para tentar explicar a violência de gênero. A Dicotomia Relação/Seleção afirma que os fatores *relação*, quer dizer, a situação conjugal do casal, e *seleção*, ou seja, ter um perfil demográfico específico contribuem para a ocorrência dos episódios de violência de gênero. De acordo com

a discussão teórica apresentada sobre as duas primeiras teorias mencionadas, a ausência da certidão de casamento (visto aqui como um instrumento de posse) poderia explicar, a partir de uma perspectiva patriarcalista, a violência que vitima mulheres como uma prática masculina cuja finalidade seria assegurar o direito de posse/controlar sobre as mulheres.

Se for considerado que a ausência da certidão de casamento (quer dizer, ter o fator *relação* operante na categoria *união estável*) é também auto-determinada pelo perfil demográfico “jovem, pouco convencional, mais imaturo e tomador de risco” (Tradução Nossa) (BROWNRIDGE; HALLI, 2000, p.576), deve-se esperar que a população analisada da RMS (BA) seja predominantemente jovem e esteja em relações estáveis. Nos extratos dos quadros 1 e 2 representados abaixo, vê-se:

VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS	Mulheres		Homens	
	n	%	n	%
Idade				
17-19	9	5,00%	1	0,56%
20-29	79	43,89%	43	23,89
30-39	58	32,22%	50	27,78
40-49	26	14,44%	22	12,22
50-59	4	2,22%	10	5,56%
60 ou mais	1	0,56%	5	2,78%
Casos omissos	3	1,67%	49	27,22
Total	180	100%	180	100%
Estado civil / Situação conjugal				
Casado (a)	28	15,56%	40	22,22
Solteiro (a)	18	10,00%	17	9,44%
<i>Solteiro (a) em união estável</i>	<i>74</i>	<i>41,11%</i>	<i>69</i>	<i>38,33</i>
Separado (a)	3	1,67%	4	2,22%
Divorciado (a)	4	2,22%	5	2,78%
<i>Solteiro (a) que já esteve em união estável</i>	<i>52</i>	<i>28,89%</i>	<i>41</i>	<i>22,78</i>
Casos omissos	1	0,56%	4	2,22%
Total	180	100%	180	100%

Extrato quadro 1: Perfil Socioeconômico dos Indivíduos Envolvidos em Violência de Gênero na RMS (BA) – 01.04.2002-31.09.2002;
Fonte: BAHIA, 2003.

Nota Geral: Estatísticas geradas a partir de dados coletados nas fichas de ocorrência policial da DEAM por Frinéia do R. B. Brivio.

Vê-se que 48,89% das mulheres têm entre 17 e 29 anos e mais da metade delas (70,00%) mantêm relações conjugais não-oficializadas: são solteiras em uniões estáveis ou solteiras que já estiveram em uniões estáveis. Além disso, 71,11% declarou que seus agressores são seus próprios companheiros ou ex-companheiros, conforme pode se verificar a seguir.

CIRCUNSTÂNCIAS DE OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	n	%
Natureza da relação estabelecida entre homens e mulheres		
Desconhecido (s)	3	1,67%
Parentes próximos (pai; irmão)	4	2,22%
<i>Companheiros</i>	<i>76</i>	<i>42,22%</i>
<i>Ex-companheiros</i>	<i>52</i>	<i>28,89%</i>
Casados	26	14,44%
Separados/Divorciados	5	2,78%
Namorados	5	2,78%
Ex-namorados	7	3,89%
Parentes distantes (tio, avô, primo)	1	0,56%
Padrasto	1	0,56%
Casos omissos	0	0,00%
Total	180	100%

Extrato quadro 2: Circunstâncias de Ocorrência da Violência de Gênero na RMS (BA) – 01.04.2002-31.09.2002.

Fonte: BAHIA, 2003.

Nota Geral: Estatísticas geradas a partir de dados coletados nas fichas de ocorrência policial da DEAM por Frinéia do R. B. Brivio.

De outra parte, a Teoria do Poder/Riqueza tenta explicar a violência de gênero a partir da análise da condição sócio-econômica dos casais. Essa teoria postula que os homens têm sido economicamente favorecidos com relação às mulheres por muito tempo, tendendo a exercer um “poder de controle” sobre as mesmas. Sendo assim, se os homens estivessem sendo privados do seu “poder de controle” – devido ao movimento de ascensão sócio-econômica feminino dos tempos recentes -,

poder-se-ia supor que, possivelmente, praticariam a violência contra a mulher para ter seu “*status*” assegurado.

Como se vê no quadro 3, essa projeção econômica masculina não é a norma entre os casais analisados – 94,44% das mulheres possuem rendimentos iguais ou superiores aos rendimentos masculinos. Além disso, os níveis de escolaridade também refletem o movimento de equiparação entre os sexos (68,33% das mulheres têm nível de escolaridade igual ou superior aos níveis de escolaridade masculinos).

VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS	n	%
Profissão (Proxy Remuneração)		
<i>Remuneração feminina igual ou superior à remuneração masculina.</i>	170	94,44%
Remuneração feminina inferior à remuneração masculina.	3	1,67%
Casos omissos	7	3,89%
Total	180	100,00%
Escolaridade		
<i>Escolaridade feminina igual ou superior à escolaridade masculina.</i>	123	68,33%
Escolaridade feminina inferior à remuneração masculina.	26	14,44%
Casos omissos	31	17,22%
Total	180	100,00%

Quadro 3: Comparação do Perfil Socioeconômico dos Indivíduos Envolvidos em Violência de Gênero na RMS (BA) – 01.04.2002-31.09.2002.

Fonte: Bahia, 2003.

Nota Geral: Estatísticas geradas a partir de dados coletados nas fichas de ocorrência policial da DEAM por Frinéia do R. B. Brivio.

Para verificar a relação apontada entre a violência de gênero, na sua modalidade mais freqüente na RMS - a ameaça -, o *status* conjugal e a ascensão socioeconômica feminina, propõe-se a construção de um modelo econométrico do tipo:

$$\begin{aligned}
P_i &= E(Y = 1 | X_1, X_2, D_1 = 1, D_2 = 1, D_3 = 1, D_4 = 1, D_5 = 1) = \\
&= \alpha_1 X_1 D_1 + \alpha_2 X_2 D_2 + \alpha_3 D_3 + \alpha_4 D_4 + \alpha_5 D_5 + u_i = \\
&= \frac{1}{e^{-(\alpha_1 X_1 D_1 + \alpha_2 X_2 D_2 + \alpha_3 D_3 + \alpha_4 D_4 + \alpha_5 D_5 + u_i)}}
\end{aligned}$$

Onde:

Y representa a variável explicada *dummy* violência de gênero, em que **Y = 1** se é ocorre “ameaça” e **Y = 0** se ocorrem outras modalidades de violência de gênero que não a ameaça;

X₁ representa a variável explicativa quantitativa “idade” da mulher;

X₂ representa a variável explicativa quantitativa “idade” do homem;

D₁ representa a variável explicativa *dummy* “situação conjugal” da mulher, em que **D₁ = 1** se a mulher é solteira em união estável ou solteira que já esteve em união estável e **D₁ = 0** se a mulher tem outro tipo de situação conjugal que não a união estável;

D₂ representa a variável explicativa *dummy* “situação conjugal” do homem, em que **D₂ = 1** se o homem é solteiro em união estável ou solteiro que já esteve em união estável e **D₂ = 0** se o homem tem outro tipo de situação conjugal que não a união estável;

D_3 representa a variável explicativa *dummy* “escolaridade”, em que $D_3 = 1$ se a escolaridade da mulher é igual ou superior à escolaridade do homem e $D_3 = 0$ se a escolaridade da mulher é inferior à escolaridade do homem;

D_4 representa a variável explicativa *dummy* “remuneração”, em que em que $D_4 = 1$ se a remuneração da mulher é igual ou superior à remuneração do homem e $D_4 = 0$ se a remuneração da mulher é inferior à remuneração do homem;

D_5 representa a variável explicativa *dummy* “natureza da relação estabelecida entre homens e mulheres”, em que $D_5 = 1$ se o homem e a mulher são ou já foram companheiros e $D_5 = 0$ se homem e mulher mantêm relação de qualquer outra natureza;

u_i é o termo de perturbação estocástica.

Deve-se observar que os dados utilizados para a construção deste modelo são os mesmos que serviram para caracterizar os indivíduos envolvidos em violência de gênero e as circunstâncias de ocorrências das agressões no capítulo de análise preliminar de dados. Contudo, por se tratar de um método de análise diferenciado, procedeu-se ao ajuste desses dados à categorias de interesse (o que se justifica pelas hipóteses trabalhadas) e à própria metodologia econométrica.

Por esses motivos, algumas variáveis foram divididas em categorias mais abrangentes. Considerou-se como violência de gênero a ser analisada a ameaça, à qual se opõem as demais modalidades de violência, tais como agressões físicas, lesões, estupros e outras. Essa escolha implica em que os resultados encontrados serão aplicáveis somente à análise das ameaças, a rigor. Quanto à situação conjugal, dividiu-se os indivíduos em dois grandes grupos: solteiros em união estável (presente ou passada) e outras situações conjugais (casados, viúvos, separados...).

Procedimento análogo adotou-se para a categorização da variável “natureza da relação estabelecida entre os indivíduos”: parte foi considerada como companheiro (no presente ou passado) e parte como tendo estabelecido relação de qualquer outra natureza (paternal, fraternal, desconhecidos...).

Mas a maior mudança ocorreu na categorização dos níveis de escolaridade e rendimentos de homens e mulheres. Para a análise econométrica não importou qual o número de anos estudados e/ou o grau alcançado, assim como não importou o exato nível de renda dos indivíduos. Nestes dois casos, a comparação entre os níveis de escolaridade e rendimento das vítimas e seus agressores era única coisa que importava, pois o objetivo era constatar as incompatibilidades entre eles. Assim, foi feita uma comparação entre os níveis de escolaridade de homens e mulheres para cada uma das 180 observações coletadas. Toda vez que uma mulher apresentava escolaridade/rendimento igual ou superior à escolaridade/rendimento masculino, atribuía-se o código 1 à observação. Quando a escolaridade/rendimento masculino era superior à escolaridade feminina, atribuía-se o código 0.

Assim, espera-se que probabilidade de ocorrência de “ameaça” – $Y = 1$ - seja maior entre indivíduos solteiros que estão ou já estiveram em uniões estáveis – $D_1, D_2 = 1$ - , jovens - X_1, X_2 - (pois os mais jovens optariam mais frequentemente por esse tipo de união) e com níveis de escolaridade - $D_3 = 1$ - e rendimentos – $D_4 = 1$ - aproximadamente equivalentes.

4.2 Resultados da aplicação do modelo econométrico

A análise dos resultados da aplicação do modelo econométrico seguirá o seguinte roteiro: análise dos sinais dos coeficientes estimados; exame da significância desses coeficientes individual e conjuntamente, checagem do percentual de predição correta do modelo e, finalmente, cálculo das probabilidades de ocorrência de ameaças contra as mulheres.

A regressão estimada pelo Método da Máxima Verossimilhança, para o modelo proposto é representada a seguir²:

$$L = 0,010770 X_1 D_1 + 0,002132 X_2 D_2 + 0,805773 D_3 - 1,566831 D_4 - 0,273822 D_5$$

p valor (0.6878) (0.9040) (0.1794) (0,0154) (0.7556)

Conforme se pode ver pelos valores p, a probabilidade de se cometer erros de estimativa, neste modelo, é muito alta. É provável que o grande número de variáveis incluídas no modelo, ou seja, sua complexidade, face ao número relativamente pequeno de observações e a variação binária dessas variáveis possam ter dificultado a estimativa de um modelo estatisticamente mais preciso. Por essa razão, convém regredir Y sobre um número menor de variáveis, precisamente aquelas que apresentaram valores p mais baixos e, também, experimentar um arranjo diferente entre estas. Assim, ter-se-ia um modelo de regressão mais adequado, como, por exemplo:

$$L = -1,708660 - 2,098817 D_1 + 1,022174 D_3 + 0,061358 D_5 X_2$$

p valor (0,0088) (0,0242) (0,0958) (0,0091)

Probabilidade Estatística LR (0,012881)

Probabilidade Predição Correta $P(Y=1) = 72,97\%$

Vê-se, aqui, que os valores p obtidos são bastante baixos, o que comprova a significância dos parâmetros estimados, individualmente. Contudo, os sinais negativos dos coeficientes de intercepto e de inclinação da variável D_1 indicam que variáveis não explicitadas no modelo e o *status* conjugal, respectivamente,

² Vide resultados completos dos modelos econométricos no apêndice A.

relacionam-se negativamente com a ocorrência de ameaças, o que não é previsto pelas teorias trabalhadas. Deve-se ressaltar, contudo, que essa relação negativa pode sugerir que o *status* conjugal, conforme definido anteriormente, estaria mais relacionado a outras modalidades de violência. Isto porque, como foi visto, cerca de 70,00% das mulheres analisadas na RMS são solteiras que estão ou já estiveram em uniões estáveis.

Adicionalmente, a probabilidade dos coeficientes serem insignificantes, globalmente, é de aproximadamente 1,29% e o percentual de predição correta do modelo para $Y=1$ é de 72,97%. Esse último resultado foi obtido com base em um *cutoff* de 0,3, pois sabia-se, *a priori*, que cerca de 30% da amostra é composta de $Y=1$. Caso a maior parte das respostas ($Y=0$ ou $Y=1$) fosse realmente $Y=1$ e não $Y=0$, poder-se-ia tomar simplesmente o percentual total de predição correta do modelo, ou seja, a média de acertos para $Y=0$ e $Y=1$.

Assim, pode-se calcular, com precisão, a partir do modelo utilizado e após algumas manipulações algébricas, a probabilidade de ocorrência de ameaças, como se vê a seguir.

$$Y = -0,81889 - 0,87740D_1 + 1,77923D_3 + 0,06328D_5X_2$$

Substituindo as variáveis D_1 , D_3 e D_5 por 1, quer dizer, supondo que essas variáveis estejam operando nas categorias 1 já descritas, assim como X_2 por 35 (a idade média dos homens) e igualando-se o resultado numérico à equação

$$\frac{P_i}{1 - P_i}$$

tem-se P_i , ou seja, a probabilidade de uma mulher cuja situação conjugal seja qualquer outra que não solteira que está ou já esteve em união estável, que tenha nível de escolaridade igual ou superior aos níveis masculinos, cujos agressores

tenham, em média, 35 anos de idade e sejam seus companheiros ou ex-companheiros vir a sofrer uma ameaça.

Tem-se, pois, **Pi = 69,67%**. Isto significa que, de um modo geral, mulheres que apresentem características equivalentes às supracitadas têm, aproximadamente, 70,00% a mais de chance de sofrer ameaças que outras mulheres de perfis diferentes desse.

Simultaneamente, pode-se calcular, a partir deste modelo, as probabilidades de mulheres de perfis variados sofrerem ameaças. Para tanto, variam-se as categorias das variáveis incluídas no modelo. Assim, ter-se-á, para algumas das combinações possíveis de características femininas, as probabilidades demonstradas a seguir, que evidenciam que, controlando-se o estado civil das mulheres, a chance delas virem a sofrer ameaças é 76,05% maior caso possuam nível de escolaridade igual ou superior aos níveis masculinos e caso os agressores sejam seus companheiros ou ex-companheiros.

Constante	D₁	D₃	D₅	X₂	Y	Probabilidade
-0,81889	1	1	0	35	0,082940	7,66%
-0,81889	1	0	1	35	0,518510	34,14%
-0,81889	0	0	1	35	1,395910	58,26%
<i>-0,81889</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>35</i>	<i>3,175140</i>	<i>76,05%</i>
-0,81889	0	1	0	35	0,960340	48,99%

QUADRO 4: Probabilidade de Ocorrência de Ameaça

FONTE: BAHIA, 2003.

NOTA GERAL: Estatísticas geradas a partir de dados coletados nas fichas de ocorrência policial da DEAM por Frinéia do R. B. Brivio.

Adicionalmente, as chances decrescem quando o *status* conjugal é solteiro em união estável (7,66% e 34,14% para níveis de escolaridade femininos iguais ou superiores aos masculinos e para níveis inferiores aos mesmos, respectivamente).

Nota-se, ainda, que a influência da natureza da relação estabelecida entre dos indivíduos “pesa” mais sobre a probabilidade de se sofrer uma ameaça – controlado o *status* conjugal – que as diferenças entre os níveis educacionais de homens e mulheres (58,26%>48,99%).

5 Conclusão

A Teoria Feminista contribui para a compreensão do fenômeno da violência de gênero ao apontar o patriarcalismo como sua causa. Todavia, o patriarcalismo permeia, indistintamente, homens e mulheres casados ou em uniões estáveis, ou seja, o casamento não deve ser considerado o elemento central da sociedade patriarcal.

Na análise dos dados socioeconômicos dos indivíduos envolvidos em violência de gênero na RMS, constatou-se que 70,00% das mulheres eram solteiras em uniões estáveis ou solteiras que já estiveram em uniões estáveis e 71,11% mantêm ou mantiveram relacionamento conjugal com seus agressores (BAHIA, 2003). Nestas circunstâncias, parece adequado supor que o patriarcalismo atuaria mais fortemente exatamente onde ele se encontra mais ameaçado. Em outras palavras, a ausência da certidão de casamento estaria positivamente relacionada com o nível de violência contra a mulher, como demonstram as evidências empíricas referentes à RMS.

Entretanto, não foi possível comprovar, através da análise econométrica, que a “ameaça”, modalidade de violência de gênero analisada, estaria positivamente relacionada à adoção de um determinado tipo de união, a união estável, fato previsto também pelas teorias do Controle/Troca Social e Dicotomia Relação/Seleção. Conforme dito anteriormente, “essa relação negativa pode sugerir que o *status* conjugal” união estável “estaria mais relacionado a outras modalidades de violência. Isto porque, como foi visto, cerca de 70,00% das mulheres analisadas na RMS são solteiras que estão ou já estiveram em uniões estáveis”. Além disso, sabe-se que um “pequeno número de observações e a variação binária dessas variáveis, possam ter dificultado a estimativa de um modelo estatisticamente mais preciso”.

Atenta à recentemente propalada diferença dos níveis de violência contra a mulher entre casais casados e em uniões estáveis, a Dicotomia Relação/Seleção busca saber se é a natureza da relação estabelecida entre homens e mulheres ou o tipo de

indivíduo que adota uma ou outra forma de união que concorre para a manifestação da violência de gênero. Esta teorização, ainda em teste, aponta para a autodeterminação dos fatores considerados (natureza da relação e tipo de indivíduo que adota uma ou outra forma de união) na ocorrência da violência de gênero.

Na análise preliminar de dados vê-se que o perfil demográfico "jovem, pouco convencional, mais imaturo e mais tomador de risco" (Tradução Nossa) (BROWNRIDGE; HALLI, 2000, p.576), descreve 48,89% das mulheres analisadas, pois elas têm entre 17 e 29 anos de idade (BAHIA, 2003). Entretanto, foi a idade masculina que se mostrou significativa na explicação da ocorrência de ameaças, mas apenas quando associada à natureza da relação estabelecida entre homens e mulheres, cuja predominância na RMS é de 71,11% para companheiros e ex-companheiros. Desse modo, vê-se que, de fato, a combinação dos fatores relação (companheiros e ex-companheiros) e seleção (idade) aumentam a probabilidade de ocorrência das ameaças, comprovando-se a hipótese trabalhada.

Como um desdobramento da Teoria Feminista tem-se a Teoria do Poder/Riqueza. Esta teoria postula que a parte mais "poderosa" do casal tenderá a dominar a parte menos "poderosa". Aparentemente, as mulheres vitimadas da RMS não teriam com o que se preocupar, pois além de auferirem rendimentos em níveis bastante semelhantes aos dos homens (a remuneração feminina é igual ou superior à remuneração masculina em 94,44% dos casos analisados), possuem, com freqüência, níveis de escolaridade iguais ou superiores aos níveis masculinos (68,33%) (BAHIA, 2003).

Contudo, neste caso, a violência de gênero constatada tanto poderia ser explicada pelo patriarcalismo ameaçado quanto pela Inconsistência de Gênero (denominação dos conflitos entre homens e mulheres originados no "descumprimento" do papel social historicamente atribuído aos sexos masculino e feminino).

Tal hipótese foi comprovada pela análise econométrica, pois a variável escolaridade, um indicador socioeconômico, mostrou-se positivamente relacionada com a ocorrência das ameaças, contribuindo para aumentar as chances de sua ocorrência em 48,99%, controlando-se o estado civil e a natureza da relação estabelecida entre vítimas e perpetradores de violência, conforme mostra a tabela 1. Assim, o fato de as mulheres agredidas da RMS não ocuparem, na média, uma posição de dependência/inferioridade com relação aos seus companheiros, levá-los-ia, provavelmente, a lançarem mão do recurso da agressão física para manterem-se na posição de comando culturalmente determinada.

Finalmente, pode-se afirmar que o fenômeno da violência contra a mulher na RMS, no período de abril a setembro de 2002, está relacionado a dadas modalidades de estado civil e escolaridade, além da natureza da relação estabelecida entre vítimas e perpetradores da violência em questão. A amostra coletada nos 180 registros de ocorrência da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (RMS) permite, por meio da análise econométrica, que sejam feitas inferências sobre a probabilidade de ocorrência de ameaças contra a mulher, que seria maior em aproximadamente 70,00%, caso ela não seja solteira que está ou já esteve em união estável, caso tenha nível de escolaridade igual ou superior aos níveis masculinos e seus agressores tenham, em média, 35 anos de idade e sejam seus companheiros ou ex-companheiros. Por essa razão, acredita-se que o combate à violência de gênero esteja, desde já, amparado pelo maior conhecimento de suas causas ou circunstâncias de ocorrência.

Merece ser destacado o fato das estatísticas criminais geradas na DEAM da RMS não estarem produzindo uma mensuração realista dos níveis de violência contra a mulher na região. Os registros policiais, como se sabe, constituem-se como instrumentos essenciais ao combate da violência, não importando qual sua natureza. É fato que não se pode implementar, a partir de estatísticas pouco realistas, políticas adequadas de enfrentamento a nenhum problema social, inclusive ao da violência contra a mulher. Assim, considerando-se o tratamento consciencioso que o sistema policial têm dispensado aos agressores de mulheres e a notória subestimação dos

níveis de violência de gênero em todo o mundo, um atendimento no Serviço Social da DEAM da RMS que contribua para redução dos índices de violência de gênero, pela dispensa da formalização de queixas em situações de crimes graves, só poderá contribuir para acentuar a descrença nas leis e no sistema policial brasileiro³.

Espera-se, portanto, que esta pesquisa possa colaborar para a melhor compreensão do fenômeno tratado, para estimular futuras pesquisas na mesma área que possam subsidiar políticas públicas adequadas/eficazes, assim como para o aperfeiçoamento do atendimento policial prestado às vítimas de violência de gênero e produção de estatísticas criminais mais realistas na DEAM da RMS.

³ Recentemente o Instituto Médico Legal desativou o serviço de marcação automática de exames de corpo de delito utilizado pela DEAM. Possivelmente isto tornará muito mais difícil o encaminhamento das vítimas de violência de gênero aos procedimentos policiais de rotina, pois o novo sistema telefônico de marcação individual do exame deverá aumentar o tempo de espera para atendimento e, conseqüentemente, inibir a procura pelo mesmo.

BIBLIOGRAFIA

BAHIA, Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. **Relatórios e fichas de ocorrência policial da DEAM da RMS, 2002-2003**. Salvador, Material não publicado.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p.

BROWNRIDGE, Douglas A.; HALLI, Shiva S. "Living in sin" and sinful living: toward filling a gap in the explanation of violence against women. **Aggression and Violent Behavior**, E.U.A., v. 5, n. 6, p. 565-583, 2000.

CANN, K. *et al.* Domestic Violence: a comparative survey of levels of detection, knowledge, and attitudes in healthcare workers. **Public Health**, R.U., 115, p. 89-95, 2001.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Relatório**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

DESLANDES, Suely *et al.* Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 129-137, jan-mar, 2000.

QUANTITATIVE MICRO SOFTWARE, LCC. **E-views 4 User's Guide**. United States of America, 2002.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARRISON, Lisa A.; ESQUEDA, Cynthia W. Myths and Stereotypes of actors involved in domestic violence: implications for domestic violence culpability attributions. **Aggression and Violent Behavior**, E.U.A., v. 4, n. 2, p. 129-138, 1999.

HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. **Cálculo. Um curso moderno e suas aplicações**. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Treinamento de Pessoal. **Perfil Organizacional das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher**. Brasília: Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Treinamento de Pessoal, 2004. 31 p.

MUHAMMADA M. Haj-Yahia. Implications of Wife Abuse and Battering for Self-Esteem, Depression, and Anxiety as Revealed by the Second Palestinian National Survey of Violence Against Women. **Journal of Family Issues**, V. 21 N. 4, May 435-463, 2000.

PORTELA et al. Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes de Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes – Normas Técnicas.. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas, 1999. 32p.

RHODES, Nancy R.; MCKANZIE, Eva B (1998) Why do battered women stay? : Three decades of research. **Aggression and Violent Behavior**, E.U.A., v. 3, n. 4, p. 391-406, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 16, p. 115-136, 2001.

SHRADER, Elizabeth. Methodologies to Measure the Gender Dimensions of crime and Violence. **Gender Unit. Poverty Reduction and Economic Management. Latin América and Caribbean Region. The World Bank**, julho, 2001.

STOCK, James H; WATSON, Mark W. **Econometria**. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é Violência Contra a mulher**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. 120p.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M., **Introductory Econometrics: A Modern Approach 2e**. Thomson South-Western. United States of America, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Resultados Completos dos modelos Econométricos

